



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

ATA 06/2025

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte horas e quarenta e um minutos realizou-se no Centro Cultural e Recreativo dos Raposos, na Freguesia de Famalicão, a sessão ordinária da Assembleia Municipal da Nazaré, presidida por Ricardo João Fialho da Felismina Neves e secretariada Carla Maria Vagos Grilo e Valter José Lameiro Soares. -----

Além dos membros da mesa, fizeram parte da sessão os Senhores: Rogério Paulo dos Santos Serrador, Paulo Jorge Grácio Ruivo, Ana Isabel Carvalho Ortega, Eurico Fialho André, Iolanda Engenheiro Nogueira de Sousa, Fernando António Belo Nunes Capucha e Nuno Filipe Figueiredo dos Santos- eleitos pelo Partido Social Democrata; José Alexandre Freire Lopes, Teresa Alexandra Santos Ferreira, Raquel Rebelo Romão, Patrícia Isabel Coutinho Periquito, Anabela Delgado Zarro Balau , Ricardo António Mafra Germano Esgaio - eleitos pelo Partido Socialista; Geraldo Alberto Ramos Viola, Cláudio Miguel Lopes Peça e Lara Mendes Ferreira Pina, eleitos pela Coligação Democrática Unitária – CDU, Ezequiel Alexandre Mira Murteira e Rute Filipa Machado Monteiro, eleitos pelo Partido Chega, Pedro Miguel Pinto Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Famalicão, Augusto António Portugal dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia da Nazaré, e Pedro Joel Jerónimo da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Valado dos Frades. -----

- O Senhor Presidente, quis deixar uma nota de agradecimento à Direção do Centro Cultural e Recreativo dos Raposos, por terem recebido bem a Assembleia Municipal, e disponibilizarem o espaço para a realização da mesma. Agradeceu igualmente, a todos os presentes. -----

- Solicitaram a substituição os Membros: Pedro Nobre (Chega); Jéssica Reis (CDU). ---

Esteve presente o executivo camarário, composto por: Serafim António Louraço da Silva; Luís Miguel Rodrigues Sousinha; Maria de Fátima Soares Lourenço Duarte; João António Portugal Formiga; João Paulo Quinzico da Graça; Vanda Alexandra Duarte Santos e Maria Lúcia Teixeira Loureiro. -----

- O Senhor Presidente da Assembleia, deu nota que foi articulado em Comissão Permanente, uma nota de Pesar pelo falecimento do Professor José Maria Santos Trindade. Foi aprovado por unanimidade. -----

“ A Assembleia Municipal da Nazaré manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento, ocorrido na terça-feira dia 16 de Dezembro, do antropólogo José Maria dos Santos Trindade (1959-2025), antigo presidente da Assembleia Municipal e uma personalidade marcante da vida cívica, cultural e educativa da Nazaré. -----

Antigo professor de Geografia no Externato Dom Fuas Roupinho, foi um cidadão profundamente empenhado na defesa da sua terra, tendo sido um dos fundadores da Associação de Defesa da Nazaré e o primeiro diretor do jornal "Notícias da Nazaré", espaço de reflexão crítica e de participação democrática. -----

Dono de um percurso académico e profissional muito relevantes, José Maria Trindade iniciou a carreira universitária como assistente do Instituto de Antropologia Social da Universidade de Trondheim, na Noruega, percurso que viria a suspender por opção de intervenção cívica e política. Foi dele a tradução do livro "Pescadores e pés-calçados", de Jan Brogger. -----

Licenciado em Antropologia pela Universidade Nova de Lisboa, completou o mestrado em Ciências da Educação, com especialização em Educação e Diversidade Cultural, pela Universidade do Porto. -----

Durante três décadas foi docente no Instituto Politécnico de Leiria, instituição na qual integrava o Conselho Pedagógico, em representação dos professores assistentes. -----

Investigador de grande mérito, dedicou boa parte da vida a estudar a terra onde nasceu, tendo lançado em 2009 o livro "A Nazaré dos Pescadores". -----

Era presidente da mesa da Assembleia Geral da Cercina. Desempenhou, ainda, funções autárquicas, tendo substituído Laborinho Lúcio como Presidente da Assembleia Municipal da Nazaré no mandato 1993-1997. -----

Homem de pensamento livre, culto e atento à realidade que o rodeava, José Maria Trindade deixa um legado de compromisso com a educação, a cidadania e a defesa dos valores democráticos. -----

À família, amigos e a todos quantos com ele partilharam o seu percurso pessoal e público, a Assembleia Municipal da Nazaré apresente as mais sentidas condolências. -----

Assim, a Assembleia Municipal da Nazaré, reunida ordinariamente a 18 de Dezembro de 2025, delibera: -----

1 . Aprovar este voto de pesar e remeter às Assembleias de Freguesia do nosso Concelho.

2. Dar conhecimento deste documento à família de José Maria dos Santos Trindade.

3. Realizar um minuto de silêncio em sua memória nesta sessão. Nazaré, 17 de Dezembro de 2025. Pela Assembleia Municipal da Nazaré”. -----

- Fez-se um minuto de silêncio. -----

Abertos os trabalhos, foram tratados os seguintes assuntos: -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

1. LEITURA DO EXPEDIENTE

Tomado conhecimento. -----

1. ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 SETEMBRO DE 2025 - Apreciação e votação.

Aprovada por unanimidade com seis votos a favor. -----

(Cláudio Peça / Nuno Santos/ Teresa Ferreira / Valter Soares / Anabela Balau / Ricardo Esgaio). -----

- Não participaram na votação, os membros da Assembleia, que não estiveram presentes.

2. ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025 – Apreciação e votação

Aprovada por maioria, com um voto contra da CDU. -----

- Não participaram na votação, os membros da Assembleia, que não estiveram presentes.

- Declaração de voto da CDU:

“ O sentido de voto foi determinado pelo facto de ainda não ter sido esclarecida pela jurista da Câmara a questão que foi colocada pela CDU em 27/11/2025, em sede de Comissão Permanente, questão que poderá, eventualmente, determinar a ilegalidade das deliberações tomadas na assembleia municipal extraordinária de 18/11/2025. -----

Tal questão foi colocada em virtude do seguinte: -----

- Aquando da votação de alguns pontos da ordem de trabalhos dessa assembleia extraordinária, que visavam a eleição de pessoas singulares, não foi dada a oportunidade aos deputados de utilizar os 3 sentidos de voto possíveis (a favor, contra e abstenção), tendo sido apenas dada a possibilidade de votar “a favor” ou “abstenção”, cerceando a possibilidade de se votar “contra”, o que nos suscita dúvidas relativamente à legalidade democrática de tal procedimento. -----

Os termos através dos quais essa questão foi colocada foram os seguintes, que se passam a ler, para que fiquem consignados nesta Assembleia. -----

- “Preferimos não inquinar a Assembleia por condescendência com a natural falta de experiência de quem conduzia os trabalhos, não obstante, entendemos que seria importante a emissão de um Parecer Jurídico feito pela Dra. Helena Pola, acautelando eventuais ilegalidades que venham a ser suscitadas no futuro”. Nazaré, 18 de dezembro de 2025, O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré”. -----

*- **Interveio, o Senhor Presidente da Assembleia** para dizer, que o pedido já tinha sido feito à Dra. Helena Pola, que respondeu com parecer legal, parecer esse, em que se baseou e que já terá sido enviado e solicitou que a mesma dessa nota dessa situação. ---*

*- **Usou da palavra a Dra. Helena Pola**, para prestar esclarecimentos: que a resposta foi dada por e-mail no dia 03 de dezembro, remetida ao proponente, ao Senhor Geraldo Viola, com conhecimento ao Presidente da Assembleia. Que, o Senhor Presidente da Assembleia, terá sido o único a responder, a confirmar e a agradecer o parecer. Que, o mesmo confirma a regularidade de todas as deliberações. -----*

3. LEITURA DO EXPEDIENTE

- Tomado conhecimento.

4. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO

- O Senhor Presidente colocou à consideração da Assembleia a concordância para que a sessão se iniciasse de imediato com a aplicação dos novos tempos previstos no Regimento. Esclareceu ainda que, caso tal proposta fosse aprovada, passariam desde logo a ser contabilizados os tempos definidos para esse período, bem como para o período de intervenção do público. A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

- Intervenção do Membro do Chega (Deputada Rute Monteiro):

“ Senhor Presidente,

O CHEGA não pode deixar passar em silêncio o que está a acontecer nas escolas do nosso concelho. Fomos informados de que, no Jardim de Infância do Bairro dos Pescadores, a tradicional Festa de Natal foi simplesmente apagada e substituída por uma chamada "Festa da Família". Isto não é um detalhe. Isto é uma tentativa clara de eliminar uma tradição que faz parte da cultura, da fé e da identidade do povo da Nazaré. -----

Pergunto diretamente: como é possível que numa terra cuja devoção à Nossa Senhora da Nazaré é reconhecida em todo o país, se permita que alguém troque o Natal – tradição cristã profundamente enraizada – por uma invenção completamente fora da nossa realidade? Quem autorizou isto? A Câmara? O Agrupamento? Ou alguém decidiu impor ideologia às nossas crianças? -----

O CHEGA não aceita que se apaguem tradições só porque incomodam alguém. O Natal faz parte da nossa história e não será substituído por conceitos vazios. -----

Assim, deixamos três perguntas claras: -----

Quem deu ordem para eliminar a Festa de Natal? -----

Foi feita alguma consulta aos pais? Ou decidiram tudo à porta fechada? -----

A Câmara vai repor a Festa de Natal ou vai continuar a permitir que apaguem a cultura da Nazaré? -----

Senhor Presidente, os nazarenos querem respostas. E querem respeito pela sua fé, pelas suas tradições e pelas suas crianças. Muito obrigado”! -----

- Intervenção da CDU – Declaração Política:

“ Muito boa noite. Desejamos uma boa sessão de trabalho.

Em primeiro lugar, gostaríamos de valorizar imenso aquilo que foi, e significou, a grande

Greve Geral do passado dia 11 de dezembro. No país, e no concelho, os trabalhadores

deram uma resposta inequívoca de condenação à proposta de Pacote Laboral apresentada pelo governo da AD de PSD e CDS.

Um Pacote laboral que faz um ataque sem precedentes aos trabalhadores e às suas

conquistas. Um ataque às conquistas e ao significado da revolução de abril. Um ataque à própria Constituição da República, que plasma defesa dos trabalhadores, por se entender que é sempre o elo mais desprotegido nesta relação entre Capital e Trabalho.

Um pacote laboral que ataca os direitos das mulheres trabalhadores, que põe em causa os períodos de amamentação, o direito ao luto gestacional, que amplia os mecanismos de precariedade como a eternização dos contratos a prazo, ataca particularmente os jovens trabalhadores não lhes dando perspetivas de vida; pretende recuperar o banco de horas, que obriga a trabalhar mais 150h por ano sem ganhar mais um cêntimo, que não permite a reintegração dos trabalhadores, mesmo que despedido sem justa causa; que ataca os direitos sindicais, o direito à Greve, são mais de 100 propostas que tendem a fazer o favor aos grandes grupos económicos, enfraquecendo e destruturando a vida de quem trabalha;

Perguntamos: vocês que representam o PSD localmente, eleitos nessas listas, que hoje asseguram os destinos do município, é nisto que se reveem?

Quanto ao desempenho deste executivo, ainda que com pouco tempo de funções, há já

marcas que aferem bem os seus preposítos, dizendo bem ao que vêm.

Concentração de poderes e autonomias financeiras exorbitantes na pessoa do Sr. Presidente; confusão total entre aquilo que é a gestão do poder local democrático e a gestão de empresas privadas do setor lucrativo; uma falta de conhecimento e de domínio de vários processos que chega a ser, para além de preocupante, constrangedor; e um seguidismo completo das políticas do PS dos últimos executivos municipais. Se dúvidas houvesse, estas primeiras ações corroboram aquilo que é a velha máxima que vos caracteriza, e daí todo o apoio das elites económicas – É preciso garantir que independentemente de quem esteja a governar, o que é necessário é que governe da mesma forma!!!

Cá estaremos para avaliar e intervir sobre a vossa forma de governar! Obrigado! Nazaré, 18 de Dezembro de 2025, O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré”.

- Moção - CDU:

“Pela conclusão imediata do pavilhão desportivo de Famalicão:

A CDU, através dos seus deputados municipais, vem assim colocar à votação desta Assembleia uma Moção que, se aprovada, deverá instar o governo municipal a terminar a obra do Pavilhão desportivo de Famalicão imediatamente.

Não é compreensível que esta freguesia seja privada de ter uma oferta a este nível, tal como as freguesias da Nazaré e Valado dos Frades têm.

Durante vários anos, com especial incidência nos últimos 4, a CDU exigiu sempre a rápida conclusão desta infraestrutura essencial para a freguesia, garantindo o acesso a todos à prática desportiva.

Este modelo desigual de desenvolvimento, não garante a equidade de tratamento e a igualdade de acesso a direitos fundamentais que todos os cidadãos devem ver garantidos.

Assim, a CDU compromete-se, tal como aconteceu em relação ao Centro de saúde da Nazaré, em apresentar em todas as próximas Assembleias Municipais uma Moção com este teor até o Pavilhão estar concluído e colocado aos dispor da população desta freguesia. -----

Se aprovada, esta Moção deverá ser enviada às Juntas de Freguesia, às Assembleias de Freguesia, ao Executivo Municipal e à comunicação social local e regional para conhecimento da população sobre o teor da mesma. Nazaré, 18 de dezembro de 2025, O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré”. -----

Aprovada por unanimidade. -----

- Usou da palavra o Senhor Geraldo Viola, que quis propor um minuto de silêncio pelos pescadores indonésios desaparecidos no mar e pelo pescador, também indonésio falecido na sequencia dos recentes naufrágios nas embarcações de pesca nacionais. Foi aprovada com o voto contra do Partido Chega. De seguida, foi aprovada por unanimidade a proposta de um minuto de silêncio, o qual foi devidamente observado. -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Raquel Romão:

“ Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Estimados técnicos municipais, Caros Municípes,

Começo por saudar todos os eleitos para os diversos órgãos autárquicos do concelho da Nazaré, em especial dos desta Assembleia Municipal, desejando votos de um bom mandato, pautado pelo sentido de responsabilidade, pela dedicação ao serviço público e pelo compromisso com a nossa população. -----

O ato eleitoral do passado dia 12 de outubro expressou de forma clara a vontade popular, que deve ser respeitada por todos nós. A democracia fortalece-se quando aceitamos o veredicto das urnas e quando colocamos o interesse coletivo acima de qualquer outro. É esse espírito que deve orientar os trabalhos deste novo ciclo autárquico. -----

Importa, ainda, esclarecer que os resultados eleitorais traduzem também uma realidade política sem maiorias absolutas. Essa circunstância, longe de ser um obstáculo, deve ser encarada como uma oportunidade: uma oportunidade para o diálogo, para a concertação de posições e para a construção conjunta de soluções que respondam às reais necessidades das pessoas do nosso concelho. A cooperação institucional e o respeito entre os diferentes eleitos serão essenciais para garantir estabilidade, eficácia e boas decisões. -----

Desta forma, a comunicação entre eleitos e com a nossa população torna-se imprescindível para a correta execução das funções em nós confiadas. Esperamos que o executivo municipal saiba, naturalmente, ler, interpretar e agir de acordo com a realidade política concelhia vivida nos dias de hoje porque, efetivamente, é isso que o concelho da Nazaré precisa e merece! -----

Feita esta nota inicial, gostaria de deixar algumas considerações e questões ao Executivo Municipal, que refletem preocupações legítimas de muitos munícipes: -----

Em primeiro lugar, a área da saúde, na sequência da reunião realizada na ULS da Região de Leiria, foi transmitida publicamente uma grande confiança na fixação de profissionais de saúde ainda durante o primeiro semestre. Pergunto, por isso, se o Executivo pode clarificar em que ponto se encontra esse processo e se essa expectativa se mantém. Mais ainda, importa saber qual é o plano alternativo caso essa contratação não se concretize, tanto para a freguesia de Famalicão como para Valado dos Frades, duas freguesias que continuam a enfrentar sérias dificuldades no acesso aos cuidados de saúde primários. -----

Ainda na área de saúde, e apesar do investimento não ter sido iniciado pelo seu executivo, mas sim, pelo executivo municipal anterior em conjunto com executivo da Junta de Freguesia de Famalicão questiono o Sr. Presidente sobre o ponto de situação das obras de ampliação e remodelação do Pólo de Saúde de Famalicão? E se a execução física e financeira do financiamento estão a ser cumpridas? -----

Em segundo lugar, e considerando até à localização da sessão de hoje, o saneamento básico em Famalicão. Trata-se, comprovadamente, da freguesia mais prejudicada do concelho nesta matéria, com grande parte do seu território ainda sem acesso a saneamento. Gostaria de saber qual é a estratégia do Executivo para garantir a continuidade e aceleração destes investimentos, fundamentais para a qualidade de vida, saúde pública e dignidade das populações. -----

Por outro lado, e sobre os passeios nos Raposos, questiono qual é a intenção da Câmara Municipal da Nazaré relativamente a esta intervenção: se existe projeto, calendarização ou previsão orçamental, uma vez que a inexistência ou degradação dos passeios coloca em causa a segurança dos peões, sobretudo dos mais idosos e das crianças. -----

No âmbito da requalificação urbana, a estrada do Casal Mota – Serra da Pescaria, configura uma intervenção urgente, como ficou bem demonstrado com os problemas recentes causados pelas últimas chuvas. Em igual sentido, a Rua Carlos O'Neill em

Valado dos Frades, assemelha a mesma necessidade urgente de intervenção. Assim, pergunto qual é a previsão para a realização das operações necessárias de requalificação nestas e noutros arruamentos, de forma a prevenir novas situações de risco, garantir a segurança rodoviária e evitar prejuízos futuros. -----

Senhor Presidente, Estas questões são colocadas com espírito construtivo e com total disponibilidade para colaborar na procura de soluções. É tempo de arregaçar as mangas, deixar de desculpas do passado e de falta de tempo e colocar efetivamente as “mãos à obra”. Isso é o que verdadeiramente o concelho da Nazaré merece e espera de todos nós! O nosso compromisso é com a população do concelho da Nazaré e é esse compromisso que deve nortear o nosso trabalho ao longo deste mandato. Muito obrigado. Nazaré, 18 de dezembro de 2025. Os deputados eleitos pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal da Nazaré”. -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Famalicão, Pedro Marques: -----

“ Em menos de dois meses de trabalho, temos tido a oportunidade de, em conjunto, desenvolver trabalho concreto em prol da Freguesia de Famalicão e do concelho da Nazaré. -----

Ampliação e Requalificação do Centro de Saúde de Famalicão.

Uma iniciativa da Junta de Freguesia de Famalicão, com um anteprojecto inicialmente desenvolvido por voluntários da freguesia, que culminou num financiamento do Plano de Recuperação e Resiliência. As instalações provisórias foram, numa primeira fase, disponibilizadas pelo Clube Recreativo Estrela do Norte e, posteriormente, asseguradas pelo Centro Social da Freguesia de Famalicão. Resultado: obra em curso, sob execução da Câmara Municipal da Nazaré. -----

Monumento de Homenagem aos Antigos Combatentes: -----

Uma iniciativa de uma comissão popular de antigos combatentes, com um projecto de arquitetura elaborado por voluntários da freguesia, tendo o processo o apoio da Junta de Freguesia de Famalicão. -----

Resultado: obra em curso, sob execução da Câmara Municipal da Nazaré.

Ampliação do Cemitério de Famalicão :

Um esboço de anteprojeto iniciado por voluntários da freguesia, um projeto de execução adquirido pela Junta de Freguesia, com apoio administrativo - e, esperemos, também financeiro – da Câmara Municipal. -----

Resultado: Esperamos que uma obra em curso a muito breve prazo.

Sr. Presidente, estes são apenas três exemplos do que foi possível concretizar em menos de dois meses.

Cuidar do presente, honrar o passado e, feliz ou infelizmente, preparar o futuro. -----

Não tenho dúvidas de que a Câmara Municipal tem sentido, da parte da Junta de Freguesia, das coletividades e instituições locais e da população, um apoio incondicional para encontrar as melhores, mais céleres e menos onerosas soluções possíveis em prol da Freguesia de Famalicão. -----

Governar não é apenas apresentar e executar obra. É por isso que temos mantido em cima da mesa matérias estruturantes como a prestação de cuidados de saúde primários, a educação, a delegação de competências, a proteção civil, o turismo ou as infraestruturas. -----

Sr. Presidente, não posso deixar de referir que, mesmo correndo o risco de cometer uma inconfidência, quando falamos sobre aquela que é, provavelmente, uma das maiores mágoas da população desta freguesia - o Pavilhão de Famalicão - e quando discutimos o que deve ser e como deve ficar esta importante infraestrutura, ouvir a frase: “O Pavilhão será aquilo que a população quiser que seja” é, sem dúvida, um sinal de novos tempos e um sinal de esperança. -----

Termino como comecei. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Caros colegas Presidentes de Junta, Caras e caros Deputados da Assembleia Municipal,

A população da Freguesia de Famalicão está unida e determinada em mudar aquele que tem sido o caminho que nos trouxe até aqui. -----

Está disponível para colaborar e ajudar todos aqueles que queiram contribuir para inverter a tendência de desinvestimento a que a nossa freguesia tem sido sujeita ao longo das últimas décadas. Já o fiz no passado e fá-lo-ei no futuro, se necessário for. -----

Mas até lá, se contarem com a Freguesia de Famalicão, contarão connosco. Muito obrigado, O Presidente da Junta de Freguesia de Famalicão”. -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Ana Isabel Carvalho Ortega:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Vereadores, Público presente,

Esta intervenção pretende enquadrar, no período antes da ordem do dia, dois planos que se cruzam de forma evidente. O funcionamento democrático desta Assembleia e o contexto político e administrativo em que decorre a ação do atual executivo. -----

Começamos por sublinhar o consenso alcançado na recente alteração ao Regimento da Assembleia Municipal da Nazaré. Esse consenso traduziu-se em mudanças concretas e relevantes, como o reforço do tempo de intervenção do público, a obrigatoriedade da descentralização das sessões da Assembleia Municipal, o alargamento dos tempos de palavra das forças políticas e a consagração do direito de intervenção dos Presidentes de Junta. Estas alterações reforçam a proximidade, a transparência e a qualidade democrática deste órgão, devendo ser entendidas como um ponto de partida para uma Assembleia mais aberta e mais exigente. -----

No plano da governação municipal, importa recordar que o atual executivo iniciou funções há poucas semanas. Ainda assim, nesse curto espaço de tempo, foi possível desbloquear e dar seguimento a um conjunto de matérias que estavam pendentes e que têm impacto direto na vida das populações. -----

Desde logo, o início das obras da Unidade de Saúde na Freguesia de Famalicão, uma intervenção que se encontrava parada desde o primeiro trimestre de 2025. Trata-se de uma resposta concreta a uma necessidade essencial da população, numa área onde o tempo de espera não é neutro e onde a inação tem consequências reais. -----

Importa também referir à intenção manifestada de proceder à reformulação do organograma da Câmara Municipal da Nazaré, com vista à reorganização dos serviços. Esta é uma matéria estruturante, que exige reflexão, diagnóstico e diálogo interno, mas que é fundamental para melhorar a eficiência administrativa, clarificar competências e tornar a resposta municipal mais eficaz. -----

No domínio da projeção externa do concelho, a realização do Tudor Nazaré Challenge, no âmbito do circuito mundial da WSL, voltou a colocar o Sítio da Nazaré no centro das atenções internacionais. Importa sublinhar, neste contexto, a forma como a mobilidade e a gestão dos acessos funcionaram perante uma das maiores afluências de sempre àquela zona do concelho, demonstrando que é possível articular eventos de grande escala com segurança e organização. -----

Também no plano cultural e comunitário, e apesar do escasso tempo disponível, foi possível estruturar um programa de Natal diversificado, com iluminação, teatro de rua, cinema, música, exposições de presépios e outras iniciativas, garantindo vida no espaço público e dinamização cultural num período particularmente importante para a comunidade local e para o comércio. -----

Nesse mesmo sentido, a opção por um cartaz de passagem de ano com recurso a artistas nazarenos traduz uma linha clara de valorização do talento local, afirmando a identidade cultural da Nazaré e reconhecendo quem, sendo da terra, contribui para a sua vida artística e cultural. -----

Todos estes exemplos devem ser lidos com realismo. Não esgotam ambições nem resolvem problemas estruturais. Mas demonstram que, mesmo num contexto de governação recente, condicionado financeiramente e com prazos apertados, é possível agir, desbloquear processos e preparar caminhos. -----

É com este enquadramento que esta bancada entende o momento político atual. Um momento de transição, de estabilização e de preparação, onde a responsabilidade, o planeamento e a seriedade devem prevalecer sobre anúncios fáceis ou expectativas irrealistas. Muito obrigado”. -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para prestar diversos esclarecimentos e responder às perguntas feitas pelos Senhores Deputados: -----

- Começou por dirigir um agradecimento muito especial à população dos Raposos, manifestando a sua satisfação por verificar a sala repleta, o que, no seu entender, demonstra o interesse e a participação cívica dos munícipes. Referiu que, desde o início do mandato, existiu a vontade de levar as Assembleias Municipais a todas as freguesias e lugares do Concelho, sendo a presente sessão a primeira de muitas a realizar nesses moldes. -----

- Deu ainda nota de uma situação anteriormente apontada pela CDU, referindo que, numa fase inicial e face à falta de experiência das pessoas que atualmente asseguram os destinos do Município, a manutenção de salas cheias de munícipes representa, para si, um motivo de grande satisfação. Manifestou o desejo de que as Assembleias Municipais continuem a decorrer desta forma, promovendo uma maior proximidade com a população e contribuindo para decisões mais participadas no futuro. -----

- Relativamente à Escola do Bairro dos Pescadores, esclareceu que a Festa de Natal se manterá, tendo sido uma decisão do Agrupamento designá-la como “Convívio da Família”, com o objetivo de aproximar ainda mais as famílias da escola, e não apenas as crianças. Referiu, por fim, que nunca existiu qualquer intenção de acabar com o Natal nas escolas, mas apenas de o vivenciar de uma forma diferente. -----

- No que respeita ao Pavilhão de Famalicão, informou que as obras se encontram, neste momento, em curso, de acordo com o que já estava previsto pelo anterior executivo. Acrescentou que tem acompanhado a obra, juntamente com o Presidente da Junta de Freguesia de Famalicão, confirmando que tudo o que foi referido na sua intervenção corresponde à realidade. Reiterou que o Pavilhão de Famalicão será utilizado de acordo com aquilo que a população entender, encontrando-se o processo, atualmente, em fase de revisão, com vista à definição da sua utilização, tendo em conta as pretensões manifestadas pelos munícipes, esclarecendo que a Câmara Municipal não irá impor qualquer solução relativamente àquele espaço. -----

- Relativamente à questão dos médicos para Famalicão e Valado dos Frades, informou que já existiram contactos com a ULS – Unidade, Local de Saúde, tendo uma médica demonstrado interesse, juntamente com outra colega, em assegurar os serviços para ambas as localidades. Referiu, contudo, que o processo ainda não se encontra fechado, embora esteja bem encaminhado. Como plano alternativo, referiu que estão a decorrer conversações com as IPSS, com vista à eventual contratação de médicos, de forma a resolver a situação com a maior brevidade possível. -----

- Quanto à obra do Centro de Saúde de Famalicão, explicou que a mesma se iniciou na segunda semana de trabalho, uma vez que, na primeira semana, foi necessário proceder à libertação do espaço para permitir o início das obras. Aproveitou para agradecer ao Centro Social de Famalicão, que, em articulação com a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Famalicão, permitiu que, em dois a três dias, estivessem reunidas as condições necessárias para o arranque da obra, a qual se encontra a decorrer dentro do prazo normal. Referiu ainda que a obra deveria ter-se iniciado em maio, junho ou julho de 2025, tendo, obrigatoriamente, de estar concluída em junho de 2026. Por fim, relativamente ao saneamento da Freguesia de Famalicão, nomeadamente da localidade

dos Raposos, informou que essa situação será enquadrada num plano global, reunindo todas as questões relacionadas com as infraestruturas básicas, abrangendo todo o Concelho da Nazaré. -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia para dizer que, o tempo será, até 8 minutos por cidadão inscrito, e que não haverá lugar a respostas. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

- Intervenção do público:

1 – Senhor Paulo Jorge Susano – “Escolas”:

“ Boa noite.

Sou munícipe e venho pedir esclarecimentos sobre uma situação muito séria no Centro Escolar de Famalicão.

As crianças estão há três semanas sem água quente e sem aquecimento, simplesmente porque não há pellets. E, segundo os pais, isto já aconteceu outras vezes.

Por isso, pergunto diretamente:

Ao Presidente da Câmara:

Como é possível uma escola do concelho ficar três semanas sem condições básicas?

Quem é responsável por garantir o abastecimento de pellets? Que medidas foram tomadas para resolver a situação?

Ao Presidente da Junta de Famalicão:

— Confirma que este problema é recorrente?

Que ações tomou para evitar que voltasse a acontecer”?

Considera aceitável que crianças estejam na escola sem aquecimento no inverno?

E deixo uma última pergunta para ambos:

O que vão fazer, de forma concreta e imediata, para garantir que isto não se repete? Obrigado”. -----

2 – Senhor Mário Nelson Costa – “saneamento, PDM, C. Saúde:

- Após cumprimentar todos os presentes, referiu que são pessoas de bem e que, sempre que a causa seja justa, estarão unidos na sua defesa, fazendo prevalecer o interesse das populações. -----

Relativamente ao alargamento do Cemitério de Famalicão, assunto já discutido em reunião de Câmara, afirmou tratar-se de uma pretensão muito ambicionada, considerando que a decisão a tomar deverá ser a correta, no sentido de apoiar a Freguesia em igualdade de circunstâncias com o que já aconteceu em Valado dos Frades e na Nazaré. -----

- Abordou ainda a questão do saneamento, referindo que compreende o facto de o atual executivo ter chegado recentemente ao poder, mas salientou que a responsabilização e a transparência foram compromissos assumidos. Nesse sentido, aconselhou a nomeação de um gestor de projeto e a criação de um acompanhamento do processo através de uma página no site do Município, permitindo que a população possa consultar, de forma simples e acessível, o estado do mesmo. Considerou que não será suficiente afirmar apenas que a situação se encontra em estudo, sendo importante que o processo esteja disponível no site da Câmara Municipal, de modo que todos possam saber em que ponto se encontra. Referiu ainda que esta situação constitui o caso mais flagrante de discriminação negativa relativamente àquela Freguesia, em particular ao lugar de Famalicão. Acrescentou que, de seguida, se coloca a questão do Plano Diretor Municipal, assunto que, segundo afirmou, nunca conseguiu ser resolvido. -----

- Referiu, que qualquer pessoa que passe uma tarde no lugar dos Raposos facilmente considerará incompreensíveis determinadas opções constantes do Plano Diretor Municipal, salientando que existem famílias que acabam por ter de se deslocar para outros Concelhos por não lhes ser permitido construir naquela localidade. Considerou tratar-se de uma questão sucessivamente adiada, afirmando que não será possível continuar a gerir esta realidade da mesma forma. -----

- Referiu ainda estranhar que nenhum Deputado Municipal tenha levantado aquela questão, considerando-a discriminatória, manifestando, contudo, a convicção de que todos partilham a vontade de resolver a situação. -----

- Frisou que várias habitações existentes na zona se encontram em condições caóticas de habitabilidade, podendo ser alvo de reabilitação beneficiando da aplicação da taxa reduzida de IVA a 6%. No entanto, tal não é possível pelo facto de a Freguesia de Famalicão não ter sido considerada no âmbito da ARU – Área de Reabilitação Urbana, situação que considerou incompreensível e que, no seu entendimento, deverá ser reconsiderada pela Câmara Municipal. -----

- Alertou ainda para a existência de uma curva perigosa que necessita de correção, bem como para as dificuldades associadas ao acesso dos Raposos à Macarca, considerando a situação inacreditável. Chamou também a atenção para a necessidade de criação de variantes à estrada nacional, referindo que toda a Freguesia acabará por depender exclusivamente dessa via, enquanto se verifica o crescimento de urbanizações em direção à Serra da Pescaria. Considerou que não poderá ser apenas a estrada nacional a suportar todo o trânsito, defendendo a necessidade de encontrar soluções a curto prazo.

Relativamente ao pavilhão desportivo, começou por referir a luta em torno do Centro Escolar, o qual considerou vir a ser um dos melhores a nível do Concelho. Por fim, solicitou que seja desenvolvido, pela Junta de Freguesia, um projeto de desenvolvimento para o pavilhão desportivo. -----

3 – Senhor José Manuel Ferreira Marques “Freguesia de Famalicão”:

- Começou por cumprimentar todos, e quis se congratular, por no espaço de dois meses, algumas decisões cruciais, foram tomadas pelo executivo municipal, em conjunto com o executivo da Freguesia, das quais, o arranque das obras do Centro de Saúde, relembrando que será uma obra que já deveria ter-se iniciado, em que se estaria em risco de perder financiamento, mas que embora hora a mesma foi retomada, esperando que a mesma seja concluída. Que, segundo lugar quis dizer que, a questão da ampliação do cemitério, já tendo sido aprovada em reunião de câmara vem à sessão de hoje, esperando que seja votada em conformidade. Frisou em terceiro lugar a questão do monumento dos Combatentes da Freguesia. Quis ainda, colocar algumas questões: sobre o Pavilhão – que em 2025 e num orçamento municipal foi contemplada uma verba de 135 mil euros. Que, durante o ano, e na execução da obra, perguntou se o piso do pavilhão já foi adquirido? Se, foram feitas algumas alterações orçamentais de forma a contemplar um aumento à verba de 135 mil euros, que se encontrava em orçamento? Que, olhando para o orçamento de 2026, da Câmara Municipal, repararam que foi contemplada uma verba

de 218.749€ e quis deixar duas questões: a referida verba permite a conclusão definitiva do Pavilhão? Essa verba permite a execução da vertente multiusos? Já se encontra contemplada? -----

- Sobre a pavimentação das estradas quis colocar uma questão – que em 2022, a Câmara Municipal aprovou um plano de reabilitação para as vias rodoviárias e municipais onde estavam contemplados algumas vias e artérias da Freguesia. Que, nesse plano, apenas foi concretizado uma rubrica – a travessa das escolas, no valor de trinta e três mil euros. Que, o plano tinha um investimento global de dois milhões de euros e relativamente à Freguesia apenas foram investidos trinta e três mil euros. Olhando para o orçamento de 2026, existe uma rubrica de pavimentação e de estradas de 250 mil euros. Estarão contempladas algumas ruas da Freguesia de Famalicão? Quis, também falar sobre o saneamento básico, olhando para o orçamento de 2026, não veem muita verba, apenas se constata, no âmbito da conservação e manutenção de saneamento básico das diversas freguesias, no valor de quinze mil euros. Que, o Senhor Presidente, disse que, acabou de chegar e que estará a elaborar um plano para contemplar o orçamento em todo o Concelho. Que, presume, que numa reunião de Câmara, recente, o Senhor Presidente referiu que, fez um cálculo para área da rede de esgotos e águas no valor de trinta milhões. Questionou, se para 2026, já prevê alguma verba de modo a dotar a Freguesia de Famalicão de saneamento em alguns lugares. Frisou, que, localidades como Raposos, Serra da Pescaria, Salgado, Mata da Torre, e Vale Formoso, têm saneamento. Que, sabem que as dificuldades financeiras serão algumas, que não se faz tudo num dia, mas que gostaria que o Senhor Presidente desse algumas garantias aos munícipes de Famalicão, que algumas das localidades referidas, de uma vez por todas, fossem dotadas de saneamento no sentido de se ter uma igualdade de tratamento perante os demais.-----

4 – Senhor Júlio Rodrigues Faustino “Vários”

- O interveniente iniciou a sua intervenção, cumprimentando todos os presentes e, dirigindo-se à Assembleia, referiu ter sido um privilégio constatar, nos Raposos, a presença de individualidades de elevado prestígio enquanto titulares do poder autárquico. -----

- Dirigiu, de seguida, as suas primeiras palavras ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, manifestando o seu apreço pelo cuidado demonstrado ao justificar a não realização da primeira sessão do mandato, conforme anteriormente prometido, considerando que tal decisão teve toda a lógica, evidenciando competência, dedicação às causas públicas e respeito pelos compromissos assumidos junto dos eleitores. -----

- Referiu ainda, que havia elaborado uma resenha histórica da terra, mas que, após tomar conhecimento da agenda de trabalhos, entendeu não dever ocupar esse tempo,

atendendo às necessidades mais prementes da Freguesia e do Concelho. No entanto, fez questão de frisar os seguintes pontos: -----

1 - Regimento – Considerou não fazer qualquer sentido a limitação de 10 minutos para cada intervenção. -----

2 - Voto de Pesar pelo Dr. Laborinho Lúcio – Manifestou que o voto de pesar é de inteira justiça. Acrescentou que uma outra forma de homenagear o Dr. Laborinho Lúcio será dar seguimento à obra que o próprio iniciou, nomeadamente no que respeita ao Tribunal da Nazaré, criado quando exerceu funções como Ministro da Justiça. Referiu que o referido tribunal continua numa situação provisória, sem condições adequadas, apontando duas possíveis soluções: a instalação na antiga colónia balnear, embora dispendiosa, ou a sua instalação no edifício onde durante muitos anos funcionou a Escola Primária, procedendo à redistribuição dos serviços ali existentes para outras escolas, designadamente no Bairro dos Pescadores e na Pederneira. -----

3 - Relativamente à verba para a ampliação do cemitério, referiu que se tratou de uma situação amplamente debatida. -----

4 - No que respeita aos Pontos 12 e 13 da ordem de trabalhos, designadamente “Vila Natal em Valado dos Frades” e “Aldeia Natal 2025 em Famalicão”, manifestou o seu agradecimento pela decisão tomada. -----

5 - Quanto ao Ponto 16 – “Moção pelos 50 anos do 25 de Novembro”, afirmou que ninguém naquela sala conhecerá tão bem os acontecimentos desse dia e dos dias que o antecederam como ele próprio, uma vez que esteve diretamente envolvido, exercendo funções de sargento de dia, número 1, das Escolas da Armada em Vila Franca de Xira, a maior unidade de guerra da Marinha Portuguesa. -----

- Por último, referiu que, no seu entendimento, as reuniões ordinárias apresentam frequentemente uma ordem de trabalhos demasiado extensa, tornando-se por vezes cansativas e demoradas. Acrescentou que, face a problemas tão graves como a situação da saúde, deveria ser convocada uma sessão extraordinária da Assembleia, com a presença dos responsáveis distritais e deputados, de forma a prestarem esclarecimentos sobre a falta de médicos, envolvendo a comunicação social, com o objetivo de fazer chegar a situação ao ministro competente. -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder a algumas das questões colocadas. Relativamente ao Centro Escolar de Famalicão e à questão do

aquecimento, referiu não ter conhecimento prévio dessa situação, acrescentando que, caso tivesse tido essa informação, a mesma já teria sido resolvida. Informou ainda que já deu indicação aos serviços competentes para recolher mais informações sobre o assunto, de modo a ser devidamente analisado e solucionado. -----

- No que respeita ao Plano Diretor Municipal (PDM), afirmou que este será um dos assuntos a priorizar. Referiu que já realizou uma reunião com a DPU sobre o PDM, na qual foi colocada a questão sobre se seria desta vez que se avançaria com a respetiva revisão. Foi-lhes então respondido que, efetivamente, a revisão terá de avançar com a maior brevidade possível, uma vez que existem concelhos que terão de ter o PDM concluído até setembro de 2026, sob pena de, caso tal não aconteça, ficarem impedidos de concorrer a determinados fundos comunitários. Que, o objetivo, juntamente com a equipa técnica do município será, o mais rapidamente possível, fechar o que já se encontra previsto, colocar a discussão pública, em todas as freguesias, para o discutir, e apresentar o que estará previsto. -----

- Relativamente ao facto de Famalicão e de algumas zonas do Valado dos Frades não se encontrarem integradas na ARU – Áreas de Reabilitação Urbana, foi referido que essa situação deverá ser corrigida com a maior brevidade possível, uma vez que os Centros Históricos das freguesias também deverão dispor dessa possibilidade, constituindo igualmente uma forma de incentivo à reabilitação urbana. -----

- Sobre as variantes de Famalicão, já andam a discutir o assunto, e a ver a situação da que envolve a linha férrea e englobar numa série de projetos de pelo menos de mais duas para a Nazaré. Que, a dotação financeira, para o Pavilhão de Famalicão, será a que se encontra prevista, e que irão fazer uma análise de forma a perceber o que irão alterar. Que, sobre a pavimentação disse que, já pediram quer ao Presidente de Famalicão quer ao Presidente do Valado, que identifiquem as necessidades relativas a Pavimentações, existindo alguma dotação financeira para fazer esse trabalho. -----

- Sobre a rede de esgotos e não sendo só em Famalicão, mas que num contexto geral do Concelho da Nazaré. -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Famalicão, Pedro Marques, que deu nota de que, relativamente à questão levantada sobre o Centro Escolar de Famalicão, a Junta de Freguesia tem colaborado com a Câmara Municipal na colocação dos pellets no equipamento de aquecimento daquele Centro, logo que os mesmos sejam disponibilizados pela Câmara Municipal, encontrando-se a envidar esforços no sentido de minimizar o problema. Pediu a todos, que sempre que fossem detetadas aquele tipo de necessidades, que o comunicassem à Junta de Freguesia ou à Câmara Municipal para que se possa atuar de imediato.

ORDEM DO DIA

1 REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA O MANDATO 2025/2029 (Apreciação e votação)

- Usou da palavra, o Senhor Deputado Cláudio Peça, que sobre o primeiro ponto, a CDU, nunca se demitiu do seu trabalho e contribuiu sempre para o aprofundamento da democracia, melhorando de forma constante, todas as ferramentas que visem esse objetivo. Que, no que concerne ao Regimento da Assembleia Municipal, a CDU submeteu à apreciação em sede de Comissão Permanente, diversas propostas, de alteração ao texto anterior. Que, a proposta que se apresenta na sessão, será mais ampla, mais democrata, mais vinculativa e menos vaga, descomprometida face aos objetivos, obrigações e responsabilidades de uma Assembleia Municipal, que fiscaliza mas que também esclarece, informa e incluiu, aproxima e descentraliza a sua ação. Que, só será possível, graças ao trabalho excursado, também da CDU. -----

Aprovado por unanimidade. -----

2. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESM/O (Para apreciação)

- Usou da palavra o Senhor Deputado Geraldo Viola:

“A CDU agradece as informações prestadas. Gostaríamos, no entanto, de colocar várias questões que se prendem com as diversas áreas constantes nesta informação:

- Ambiente, património natural e edificado

- O Sr. Presidente pode fazer-nos um ponto de situação sobre o projeto que visou a privatização da parte superior do Parque da Pedralva?

Relativamente à massiva ocupação de largas parcelas do nosso promontório, tanto por pessoas como por meios logísticos de apoio aos eventos de surf de ondas grandes, entende o SR. Presidente que o nosso património natural, único, está a ser devidamente preservado?

- Ainda sobre estas iniciativas de surf de ondas gigantes e os impactos no nosso património, neste caso, o edificado: entende o Sr. Presidente que o Forte de S. Miguel Arcanjo está devidamente salvaguardado com toda a pressão que está a ser exercida ali?

- Cultura

- Podem informar-nos sobre o ponto de situação da Fundação Mário Botas? Quando vai abrir ao Público? Como e com que oferta cultural?

- Podem dizer-nos quando reunirá o Conselho Municipal da Cultura e se estão a pensar alargá-lo às forças políticas representadas na AMN, tal como em todos os outros conselhos municipais?

- Galeria Paul Girol: podem dizer-nos quando reabre?

- Saúde

Centros de saúde de Famalicão e Valados dos Frades, tanto ao nível das infraestruturas como ao nível das carências de médicos de Família: podem fazer-nos um ponto de situação?

- Infraestruturas

Relativamente à requalificação da rede de esgotos no concelho:

Podem atualizar-nos relativamente ao processo submetido ao ministério público pelo anterior executivo, tendo em conta possíveis sabotagens nos esgotos na marginal da sede de concelho?

Este executivo já avançou com uma verba de 30M/€ para a requalificação da rede geral de esgotos no concelho. Pretendemos ter acesso ao estudo que teve por base a identificação destes valores? Podem enviar-nos, por favor?

- Justiça:

Tribunal da Pederneira: Podem fazer-nos um ponto de situação?

- Educação e ação Social:

Funcionamento da CPCJ e integração dos membros indicados por esta Assembleia:

Podem dizer-nos se está para breve alguma iniciativa, alguma reunião?

- Informação Financeira

Dívida: ao que parece, e contrariando aquilo que era apregoado pelo PS, e sempre contrariado pela CDU, a dívida não baixou dos 30M/€ em 2025, cifra-se e, 30 347 217 euros (P.7 da inf. Financeira). Para além desta, encontraram mais surpresas nas contas do município?

- Sobre a auditoria: sabemos que ouviram contributos das forças representadas no executivo municipal. No entanto, sendo a AMN o órgão fiscalizador do executivo, não deviam alargar essa auscultação para recolha de contributos às forças representadas na AMN? Nazaré, 18 de dezembro de 2025, O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré”. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para solicitar o envio das perguntas e disse que iria responder por escrito. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

3. VOTO DE PESAR – PELO FALECIMENTO DO DR.º ÁLVARO LABORINHO LÚCIO
(Apreciação e votação)

“ O Executivo Municipal da Câmara Municipal da Nazaré, reunido em sessão ordinária, vem por este meio manifestar o mais profundo pesar pelo falecimento de Álvaro José Brilhante Laborinho Lúcio, nascido na Nazaré a 1 de dezembro de 1941 e falecido em Coimbra no passado dia 23 de outubro. -----

Ao longo da sua vida profissional e cívica, Álvaro Laborinho Lúcio evidenciou uma inabalável dedicação ao bem-comum, ao respeito pelos princípios democráticos, à elevação humana e ao diálogo construtivo entre os diferentes quadrantes da sociedade portuguesa. Tal humanismo profundo, aliado a um elevado sentido de serviço público, tornaram-no numa figura de exceção no panorama nacional. -----

Nasceu à beira-mar, na nossa Nazaré, mantendo ao longo dos anos uma ligação forte e orgulhosa à comunidade e aos amigos, sem nunca perder a humildade ou a capacidade de escuta que marcaram a sua personalidade. -----

Na dimensão institucional, convém destacar alguns dos principais cargos que exerceu, e que do bem conta da amplitude e da relevância do seu contributo para a Justiça, para o Estado e para a cidadania em Portugal: -----

Procurador da República junto do Tribunal da Relação de Coimbra.

Inspetor do Ministério Público.

Procurador-Geral Adjunto da República.

Diretor da Escola da Polícia Judiciária e do Centro de Estudos Judiciários.

Secretário de Estado da Administração Judiciária.

Ministro da Justiça.

Presidente da Assembleia Municipal da Nazaré.

Deputado na Assembleia da República.

Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores, sendo o último a exercer esse cargo antes da reforma institucional.

e Juiz-Conselheiro jubilado do Supremo Tribunal de Justiça.

O percurso de Álvaro Laborinho Lúcio, para além dos cargos de relevo, foi marcado por valores humanos que raramente se conjugam na vida pública: integridade, moderação, diálogo e compromisso com os vulneráveis (em particular as crianças e os menos favorecidos), o que lhe granjeou reconhecimento em amplos quadrantes políticos e sociais. -----

A sua morte constitui uma perda sentida para a nossa terra, para o País e para todos quantos acreditam que o serviço público pode e deve ser exercício de cidadania responsável, de humanidade e de honra. -----

À família enlutada, aos amigos, aos colegas e a toda a comunidade da Nazaré, apresentamos as nossas mais sinceras condolências. Que seja justo reconhecer neste momento o legado de um nazareno ilustre que tanto deu à terra, ao país e à causa da Justiça. -----

Assim, o Executivo Municipal resolve: -----

1. Aprovar este voto de pesar, a publicitar-se nos meios de comunicação desta autarquia.

2. Dar conhecimento deste documento à família de Álvaro Laborinho Lúcio. -----

3. Realizar um minuto de silêncio em sua memória nesta sessão e na próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

Na certeza de que o concelho da Nazaré guardará com gratidão e reconhecimento o exemplo de Álvaro Laborinho Lúcio, e de que o Município e os órgãos autárquicos saberão ainda reconhecer por outras vias a importância deste ilustre nazareno para a nossa terra, renovamos a mais profunda solidariedade neste momento de despedida. Nazaré, 6 de novembro de 2025, O Executivo Municipal da Câmara Municipal da Nazaré". -----

Aprovado por unanimidade. -----

Fez-se um minuto de silêncio. -----

4. ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO DA NAZARÉ PARA O ANO 2026 E RESPETIVOS ANEXOS (Apreciação e votação)

- Usou da palavra o Senhor Deputado Paulo Grácio: -----

“ Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Vereadores, Público presente. -----

A apreciação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Municipal para 2026 deve começar por um dado que não pode ser ignorado. Este é o primeiro orçamento de um executivo que iniciou funções há poucas semanas e que trabalha ainda sob constrangimentos financeiros relevantes, nomeadamente o enquadramento no Fundo de Apoio Municipal. Este contexto não é um detalhe técnico. É um fator político determinante que condiciona opções, ritmos e prioridades. -----

É por isso essencial que este orçamento seja lido com sentido de realidade. Não estamos perante um documento de concretização plena de uma visão política, mas perante um instrumento de transição, de estabilização e de preparação. Um orçamento que assegura a continuidade do funcionamento municipal, preserva o equilíbrio financeiro e cria condições para que, num próximo ciclo, seja possível ir mais longe. -----

A manutenção da matriz orçamental anterior não traduz ausência de orientação política. Traduz, isso sim, responsabilidade. Num período tão curto, qualquer tentativa de rutura artificial colocaria em risco a estabilidade financeira do Município e comprometeria receitas essenciais. Governar bem também é saber reconhecer limites e trabalhar dentro deles. -----

Apesar dessas limitações, há sinais claros de orientação e de prioridade política. Desde logo, na valorização do papel das Juntas de Freguesia, com o reforço do apoio financeiro, reconhecendo que a proximidade é uma dimensão essencial da resposta pública. Há também decisões que demonstram sentido de urgência social, como a retoma de investimentos que estavam parados e que têm impacto direto na vida das populações.

Ao mesmo tempo, é importante assumir com clareza que existem áreas onde os constrangimentos herdados são profundos. A habitação é um exemplo evidente. A ausência de trabalho estruturado nos últimos anos colocou o Município numa posição frágil face a instrumentos de financiamento essenciais. Recuperar esse atraso exige tempo, capacidade técnica e articulação institucional, não se resolve por decreto nem por vontade política isolada.-----

O mesmo se aplica a investimentos estruturantes de grande dimensão, como a requalificação da escola sede do concelho ou as redes de água e saneamento. São intervenções absolutamente necessárias, mas que implicam montantes incomportáveis para um orçamento municipal sem financiamento externo. A responsabilidade está em preparar bem os processos, garantir projetos sólidos e assegurar candidaturas credíveis, para que essas obras possam avançar com sustentabilidade. -----

Este orçamento assume, por isso, uma opção clara. Não promete o que não pode cumprir. Não esconde dificuldades. Não transfere problemas para o futuro imediato. Opta por consolidar, planear e preparar. Essa opção pode não ser entusiasmante para quem espera anúncios rápidos, mas é a única que protege o interesse público a médio prazo.

Enquanto bancada da Assembleia Municipal, entendemos que as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2026 devem ser avaliados à luz deste enquadramento. Como um primeiro passo de um percurso mais longo. Como um instrumento que permite recuperar capacidade financeira, reforçar planeamento e criar condições para que, já nos próximos anos, seja possível apresentar opções mais ambiciosas, nomeadamente na educação, na habitação e nas infraestruturas estruturantes do concelho. -----

É com este sentido de responsabilidade institucional que assumimos a defesa deste orçamento e destas Grandes Opções do Plano. Não como um ponto de chegada, mas como uma base necessária para que a Nazaré possa, finalmente, começar a responder de forma estruturada às necessidades que há muito se acumulam. Muito obrigado”. ----

- Usou da palavra o Senhor Deputado Geraldo Viola, que quis colocar as seguintes perguntas:

1 – Nas demonstrações financeiras previsionais, que são parte integrante do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2026-2030, são apresentados os balanços, as demonstrações de resultados e as demonstrações de fluxos de caixa previsionais, para as datas de 31/12/2025 e 31/12/2026. Sendo hoje dia 18/12/2025, ou seja, a menos de 2 semanas do término do ano, resulta evidente que todas as demonstrações financeiras previstas para 31/12/2025 devem traduzir fielmente a situação económica e financeira do Município da Nazaré com números muito próximos dos da presente data. -----

Em particular, no balanço previsional, para 31/12/2025, está indicado um saldo de “caixa e depósitos bancários” de 3.728.571,87 €, valor que corresponde ao montante inscrito no mapa da demonstração de fluxos de caixa previsionais na rubrica de “caixa

e seus equivalentes de caixa no fim do período”, em conformidade com as normas contabilísticas. -----

A questão que colocamos é a seguinte: este saldo das disponibilidades financeiras tem correspondência material (ou seja, efetivamente existe)? Se sim, qual a razão para a não adoção imediata de políticas públicas prioritárias e urgentes, como por exemplo no domínio da habitação? Se não existe, isso significa que as demonstrações financeiras apresentadas carecem de validade e fiabilidade, impondo-se uma auditoria ampla às contas do Município. -----

2 – O documento das Grandes Opções do Plano 2026-2030 refere que estas “refletem todos os programas, projetos e ações definidas pelo Executivo para um horizonte temporal de cinco anos e constituem um elemento primordial e estruturante das políticas macroeconómicas da autarquia”. Para um horizonte temporal de 5 anos, entre 2026 e 2030, estão unicamente consagrados 260.001 € para a habitação. -----

A exiguidade deste valor não suporta sequer a eventual aquisição de meios (projetos, terrenos, etc.) necessários à implementação de uma política de habitação pública e social tão premente e necessária para fixar população no concelho, sendo do conhecimento geral que a habitação é uma das principais necessidades do nosso povo e que o direito à habitação é um dos direitos fundamentais previstos na nossa Constituição. Se as Grandes Opções do Plano 2026-2030 refletem as prioridades do Município da Nazaré, resulta evidente que a habitação social e pública está ausente dessas prioridades e preocupações do Executivo camarário. -----

O valor que consta na rubrica destinada ao investimento a fazer na rubrica de habitação diminuiu de 1.186.137,00€ (orçamento 2025) para 240.000,00€ no orçamento de 2026. Qual a razão desta diminuição? Nazaré, 18 de dezembro de 2025, O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré”. -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado José Alexandre Lopes, que solicitou esclarecimentos relativamente ao ponto das Grandes Opções do Plano 2026-2030: que não se verificou a existência de quadros de orçamento de gestão que permitam que de entre outros, por exemplo, a análise de específica dos custos com competências que foram transferidas pelo estado central para o Município relativas à Lei 50/2018, nas áreas da educação, ação social, cultura e desporto. Que, esse quadro existe na documentação entregue ou não se teve a perceção do mesmo? Que o valor previsto em orçamento a transferir pelo estado central para as competências da educação, ação social, saúde, cultura e desporto, cerca de 1 milhão, seiscentos e sessenta e nove mil e noventa e seis euros, será suficiente para os custos do Município naquelas áreas? Questionou, se a

verba prevista a receber não for suficiente, que elementos possuem, para tal consideração? O porquê da tal informação não se encontrar vertida, no Orçamento através de um quadro de centros de custo para um esclarecimento cabal para com a Assembleia? Que, referem nos documentos apresentados a pretensão de uma saída faseada do programa de ajustamento municipal, celebrado com o FAM e não de uma saída total - o assunto, entre o executivo municipal foi participado e consensual? Foram previamente dados a conhecer ao executivo quais os pressupostos de uma saída faseada? Quis saber, se existem casos semelhantes a nível nacional, ou se estarão perante uma fuga para a frente, relativamente à desoneração dos bolsos dos contribuintes? Que, em sede de campanha eleitoral, foi prometido, e no que diz respeito ao apoio aos jovens, no aumento do valor da bolsa, para estudantes do concelho, a frequentar o ensino superior, o que foi feito? Que, nos documentos, não se verifica nada disso! Questionou, qual será a verdadeira, intenção do executivo? Em relação à taxa turística da Nazaré, que verificaram a inclusão dessa rubrica no orçamento municipal com um valor previsto a nível da receita – questionou, se o respetivo regulamento, já aprovado em Câmara Municipal e em Assembleia Municipal, se foi publicado em Diário da República, condição essencial para a sua eficácia? Também, solicitaram esclarecimento sobre a forma como o executivo tenciona operacionalizar a aplicação do referido regulamento nomeadamente, que procedimentos administrativos, mecanismos de controlo e fiscalização estarão previstos, ou já foram desencadeados de modo a garantir a sua execução correta, transparência e eficácia? Que, a Nazaré, merece um compromisso acrescido, e será isso que a população espera, de todos e que se deve assumir com responsabilidade no exercício das funções públicas. -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos: que em relação às questões levantadas pela CDU, solicitou à Dra. Helena Pola, que interviesse sobre a questão do balanço. -----

- Usou da palavra a Dra. Helena Pola, para responder às questões que serão da área financeira – que os saldos constantes dos mapas de fluxos de caixa previsionais, serão de facto a previsibilidade de valores, que incorporam não só o que se encontra em saldos bancários mas também a previsão de 31 de dezembro do recebimento do IMI e do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro). Que, são saldo reais, previsíveis, estimados, mas reais. -----

- Que relativamente, à questão da habitação, disse que, tecnicamente, já tinha sido aprovado em reunião de câmara e que irá à Assembleia Municipal Extraordinária que se encontra prevista para dia 29.12 e que terá a ver com a reprogramação da estratégia local de habitação. -----

- *Que, em relação à descentralização de competências, designadamente na área da educação, disse que, o valor que o Município recebe, seja na área da educação, seja em qualquer outra, não cobrirá as despesas que o município terá, nem será de todo, suficiente. Que, sobre a taxa turística disse que, a mesma não foi ainda publicada em Diário da República, com instruções do anterior executivo. -----*

- ***Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, que sobre a questão da habitação disse: que existe um programa da estratégia local de habitação, implementada em 2023. Que até à data, em relação a essa situação, pouco ou não tinha sido feito, e que as verbas atribuídas ao processo, as verbas encontram-se a esgotar. Que, o objetivo, será identificar uma série de locais para se começar a realizar projetos, e como será do conhecimento público, de momento, se espera, que seja possível uma nova oportunidade para fundos em relação à habitação, quer seja a custos acessíveis, quer seja para rendimento acessível. Que, se encontram a aprofundar com algumas empresas do concelho, de forma a se poder fazer alguns contactos de forma a se poder avançar com alguns projetos, para se poder alargar o horizonte da habitação. Sobre o Fundo de Apoio Municipal, referiu que já tiveram uma primeira reunião com o FAM, e que se encontram a fazer uma análise às condições atuais da Câmara Municipal e que isso enquadra no orçamento e que acabará de ter a continuidade daquilo que tem sido feito. Que, será um orçamento baseado na despesa, não no investimento e que no momento não tinham condições para fazer grandes alterações e trabalhar durante o ano de 2026 de forma a criar condições para que o mesmo em 2027, deixe de ser virado para a despesa mas virado para o investimento. Que, se encontra em curso um processo de reestruturação interna, quer seja dos serviços internos da Câmara Municipal, quer sejam uma série de conjugações de iniciativas entre, as várias entidades do grupo. -----***

- *Que, se têm deparado com algumas surpresas, mas que terão uma despesa para gerir, e que a Câmara Municipal no momento tem muitos projetos para serem feitos, para que em 2027 se possa fazer obras. -----*

- *Sobre a questão da taxa turística, disse que, se encontram a preparar um novo documento ou uma alteração ao documento que acompanhava a taxa turística no sentido da transparência do mesmo, no que diz respeito à sua aplicabilidade, o mais rapidamente possível. Que, se encontram para trabalhar e que têm tentado partilhar os assuntos com os partidos da oposição, sendo fundamental uma participação ativa dos mesmos nas políticas que pretendem implementar.*

Aprovado por maioria com cinco votos contra, (3 da CDU e 2 votos Chega) oito abstenções e onze votos a favor.

Declaração de voto CDU - Orçamento e grandes Opções do Plano para o Município da Nazaré para o ano de 2026 e respetivos anexos:

“A CDU nunca se demitiu de contribuir, com sua participação ativa, na elaboração do orçamento municipal, através da apresentação de propostas suscetíveis de incrementar o bem comum.

Por isso, em sede de reunião relativa ao Estatuto do Direito de Oposição, realizada em 28/11/2025, apresentou 77 medidas objetivas a serem consideradas no orçamento municipal para 2026.

Não obstante o nosso contributo, este orçamento continua a não se apresentar como adequado à defesa do interesse público municipal e ao interesse dos Municípes, conforme se passará a explicar.

A CDU manifesta o seu voto contra os documentos previsionais apresentados pela CM Nazaré, designadamente, Orçamento e Grandes Opções do Plano, em virtude do seguinte:

a) O orçamento apresentado representa uma continuidade absoluta com o anteriormente em vigor, da autoria do executivo do PS, sendo manifesta a falta de qualquer enquadramento político inovador para o Concelho por parte do novo executivo camarário; não se aceitam desculpas para esta falta de ambição política, representando a inércia em inovar por parte deste executivo, uma total impreparação para o exercício das suas funções, não se aceitando desculpas de “falta de tempo”;

b) Então, como agora, foram identificadas pela CDU as fragilidades estruturais, inconsistências nas prioridades políticas e um claro desfasamento entre o planeado e as necessidades reais do concelho e da sua população;

c) O orçamento reflete falta de coesão social, pois, especialmente num período em que as famílias enfrentam o aumento de custo de vida e o agravamento das dificuldades económicas, e, ainda assim, terão de continuar a pagar os impostos e taxas pelos valores máximos;

d) As iniciativas de ação social vertidas nas grandes opções do plano são fragmentadas e sem respostas estruturantes para combater a exclusão social e a pobreza que afetam muitos Municípes: medidas como a reabilitação habitacional e apoios às famílias

vulneráveis carecem de investimento orçamental robusto, no entanto, aqui, vão sendo relegadas para segundo plano;

e) A CDU não pode aprovar documentos previsionais que perpetuem um modelo de gestão desajustado com as reais necessidades do concelho da Nazaré e da sua população;

f) Os documentos apresentados para o ano de 2026 revelam uma visão política de continuidade, marcada por:

- Dar prioridade a projetos de grande visibilidade, em detrimento de ações fundamentais para a vida das pessoas;

- Excessiva dependência de fundos externos, sem garantias de sustentabilidade financeira;

- Negligência em áreas críticas, como a habitação, educação, inclusão social e sustentabilidade ambiental;

Concluimos reafirmando o nosso compromisso com uma política alternativa, que coloque a população no centro das decisões.

Ou seja, defendemos uma gestão autárquica rigorosa, transparente, equilibrada, inclusiva e orientada para o bem-estar coletivo, dando prioridade a:

a) Investimento em Habitação Acessível;

b) Educação de qualidade;

c) Apoios à Cultura e Desporto;

d) Reforço das políticas sociais;

e) Sustentabilidade ambiental, como eixo transversal de todas as políticas públicas. Nazaré, 18 de dezembro de 2025, O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré”. -----

Declaração de Voto do Partido Chega:

“O orçamento municipal para 2026 não responde às necessidades da Nazaré nem prepara o futuro do concelho. Confirma, isso sim, um modelo de governação que penaliza quem vive e trabalha na Nazaré.

Este orçamento empobrece o concelho.

Empobrece porque mantém uma política fiscal pesada.

Empobrece porque não cria crescimento económico.

Empobrece porque transfere o esforço para famílias e empresas, enquanto o executivo se limita a gerir a escassez, sem ambição nem visão estratégica.

Apesar de o município se encontrar sob acompanhamento do Fundo de Apoio Municipal, o executivo optou por uma postura passiva, limitando-se a cumprir o mínimo exigido. Este deveria ser um momento de liderança e de coragem política. Nada disso aconteceu.

Não há propostas para aliviar a carga fiscal.

Não há estratégia para diversificar receitas.

Não há medidas para proteger famílias e empresas.

O resultado é um orçamento marcado pela dependência excessiva dos impostos, pela ausência de estratégia económica e por decisões de curto prazo.

A manutenção do IMI na taxa máxima, a ausência de alívio na derrama e o aumento de taxas municipais demonstram uma opção clara: continuar a cobrar mais, mesmo quando isso afasta investimento e fragiliza a economia local.

Num concelho com sérios desafios ao nível da habitação, da atividade económica e da coesão social, este orçamento é insuficiente e pouco ambicioso. Não cria desenvolvimento, não gera oportunidades e não oferece perspetivas de futuro.

O Partido Chega vota contra este orçamento porque penaliza o concelho, mantém práticas políticas esgotadas, não apresenta soluções no contexto do FAM e confirma uma governação sem visão, sem iniciativa e sem ambição.

A Nazaré precisa de rumo, de liderança e de respeito pelos seus munícipes.

Este orçamento não dá resposta a nenhuma dessas exigências. Obrigada!”. -----

“Declaração de Voto dos Deputados Eleitos pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal da Nazaré - Orçamento e Grandes Opções do Plano 2026-2030

A proposta de Orçamento do Executivo Municipal para o ano de 2026, fica manifestamente aquém das expectativas criadas pelo executivo em funções, quer ao nível das exigências políticas, quer das soluções apresentadas, quer ainda da ambição estratégica para o futuro do concelho. Os documentos evidenciam uma visão limitada e pouco transformadora, assente numa lógica de gestão de serviços mínimos, claramente comprometedoras das respostas aos desafios atuais e às necessidades futuras do município. -----

Estamos perante um Orçamento estruturado em tomo de um número significativo de rubricas com dotações meramente simbólicas — de 1 euro — que procura transmitir a ideia de uma resposta transversal a todas as freguesias e a todas as áreas de intervenção municipal. Contudo, em muitos casos, essa inscrição não é acompanhada de financiamento garantido, de planeamento consistente ou de uma lógica plurianual credível. -----

A análise detalhada dos documentos que integram o Orçamento confirma esta fragilidade estrutural Tendo por exemplo o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), aproximadamente 50 % dos projetos inscritos apresentam apenas uma dotação simbólica de 1 euro, ou seja, não dispõem de qualquer dotação financeira efetiva, limitando-se a uma inscrição formal, sem previsão real de execução no decurso do ano. -----

Isto significa que uma parte substancial das iniciativas apresentadas como prioridades municipais carece de financiamento adequado, o que fragiliza a credibilidade do planeamento, dificulta o escrutínio político e compromete a transparência perante os munícipes. Aliado a isto, não verificamos no documento escrito que acompanha as Grandes Opções do Plano a indicação das referidas operações, corroborando, assim, a falta de ambição deste executivo na elaboração de um documento fundamental e estratégico para o futuro do concelho da Nazaré. -----

A utilização sistemática de dotações simbólicas de 1 euro tem consequências claras: enfraquece o princípio da especificação orçamental; impede a identificação inequívoca das verdadeiras prioridades do município; e transforma instrumentos fundamentais de planeamento, como o PPI, em meras listas de intenções, desprovidas de compromisso efetivo de execução. -----

Acresce que a inscrição reiterada de projetos e ações sem dotação real cria expectativas legítimas junto dos munícipes, que, na prática, acabam por não se concretizar, contribuindo para o desgaste da confiança nos instrumentos de gestão municipal e na ação do próprio executivo. -----

Em síntese, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2026 não refletem de forma clara e consistente as opções estratégicas do executivo, nem asseguram um compromisso financeiro coerente com os objetivos publicamente anunciados. -----

O documento revela ainda uma excessiva dependência de opções do passado, ao reiterar propostas e intenções de mandatos anteriores que, à luz das dotações agora previstas, continuarão por concretizar durante muitos anos, perpetuando adiamentos sucessivos e respostas incompletas às necessidades da população. -----

Relevante é ainda mencionar o facto do executivo minoritário, que tanto apela ao diálogo e apregoa a cooperação, não ter mostrado abertura para a participação da oposição na construção inicial do orçamento, ignorando posteriormente a incorporação de qualquer proposta da oposição neste orçamento, apresentadas em sede do direito de oposição. ---

Não obstante estas limitações, e com o objetivo de não comprometer a execução de investimentos estruturantes relevantes para o concelho — em particular os associados a financiamento nacional e comunitário, como projetos enquadrados no PRR e candidaturas ao Portugal 2030 — os eleitos pelo Partido Socialista optam por uma abstenção responsável na votação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2026. -----

Esta posição não legitima um Orçamento pouco ambicioso e assente numa lógica de serviços mínimos, mas procura salvaguardar o interesse coletivo, afirmando simultaneamente uma postura política exigente, crítica e de fiscalização rigorosa da sua execução. Nazaré, 18 de dezembro de 2025. Os Deputados eleitos pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal da Nazaré”. -----

5. ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA NAZARÉ PARA O ANO 2026 E RESPETIVOS ANEXOS (Apreciação e votação)

- A CDU, no ponto 5 , pretendeu fazer algumas perguntas:

“1- Qual a sustentabilidade técnica e financeira para um anunciado investimento em saneamento de 30 milhões de euros, tendo em conta que o Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados da Nazaré tem uma dotação orçamental de 900.694,00 € até 2030 na renovação da rede de saneamento em todo o concelho, dos quais estão previstos para a “mitigação de descargas em meio aquático balnear” as quantias de 44.690,00 € em 2026, 1,00 € em 2027, 1,00 € em 2028, 1,00 € em 2029 e 1,00 € em 2030? -----

2 - São estes investimentos de “mitigação de descargas em meio aquático balnear”, inferiores a 45.000,00 € em 5 anos, suficientes para evitar mais “escorrências anómalas” similares às do último Verão? -----

3 – Da análise comparativa feita à rubrica de gastos com o pessoal entre os anos de 2025 e 2026 verifica-se incremento do seu valor em cerca de 685.000,00€. Qual a razão deste acentuado crescimento nesta rubrica? Nazaré, 18 de dezembro de 2025”. -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado José Alexandre, para pedir esclarecimentos: que no orçamento plurianual de receitas e de despesas dos Serviços Municipalizados são apresentados saldos globais negativos para 2027 – 3.655 mil euros. Que, para 2028 – 1.276 mil euros, para 2029 – 2.681 mil euros, para 2030 – 1.264 mil euros, ou seja, despesas previstas que superam muito as receitas num acumulado de déficit de 4 anos de cerca de 8.876 mil euros. Questionou:

- segundo as regras orçamentais, e SNC- AP - Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas, será possível este tipo de projeções em orçamento?

- Estará o Município preparado para o impacto dessas projeções deficitárias dos Serviços Municipalizados nas contas consolidadas do Município no limite do endividamento do Município? -----

- Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente, para prestar alguns esclarecimentos: que os Serviços municipalizados têm realizado muito trabalho ao nível da sua estrutura, em termos de obra própria. Que, irão começar a intervir em Valado dos Frades, que fizeram

a obra toda no Rio Novo estando os Serviços Municipalizados bastante capacitados para fazer trabalho próprio, em concursos públicos. Que, o que têm a nível de investimentos são as necessidades. Que, teria sido mais fácil, se houvesse previamente um planeamento feito e que não existe um único projeto de execução previsto. Que, terão de recorrer a outros fundos comunitários para poderem ir buscar participações de 85% para poderem fazer o que perspetivaram. Em relação aos custos com o pessoal, disse que, depois de verificarem os orçamentos anteriores, terão sempre uma diferença substancial entre o que estará orçamentado. Que, grande parte das questões, terão a ver com o quadro de pessoal uma vez que o mesmo terá no início do ano, todo orçamentado. Que, andam a negociar com a APA a intervenção para resolver de forma eficaz o problema das escorrências junto ao “canto das pedras”. Que, será uma obra que obedece a todo o sistema pluvial e doméstico da Sub-Vila para baixo até ao Banco Milénio, obra essa que será muito dispendiosa. Foi ainda referido que, tecnicamente, está prevista a instalação de uma caixa que funcionará como um poço, a qual impedirá o encaminhamento para o Canto das Pedras, direcionando-o para a Manuel de Arriaga. Tal solução é a que se encontra prevista, visando evitar a repetição de situações anteriormente ocorridas no Canto das Pedras e salvaguardar a imagem da Nazaré no que respeita a essa matéria. -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, para acrescentar que se estará a falar de um Concelho, altamente degradado. Que, grande parte dos munícipes da Nazaré, têm também a ideia de que nos encontramos com graves problemas no Concelho, nomeadamente a nível de infraestruturas, quer sejam básicas quer sejam a nível do edificado municipal que carece de intervenções profundas. Que, herdaram um Município, uma estrutura altamente desmotivada a necessitar de uma reorganização de forma a se conseguir ser eficaz. Que a nível de planos, pretendem incentivar, reestruturar, planificar e organizar a estrutura interna do Município das três entidades de forma que se possa partir para o exterior a trabalhar. Que, se tem muito trabalho pela frente, mas muito planeamento para fazer. -----

Aprovado por maioria com cinco votos contra, (3 da CDU e 2 votos Chega) oito abstenções e onze votos a favor. -----

- Declaração de Voto da CDU:

“A bancada da CDU manifesta o seu voto contra em relação ao ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA NAZARÉ PARA O ANO DE 2026 E RESPECTIVOS ANEXOS, em virtude do seguinte:

a) Este orçamento apresenta uma margem extremamente reduzida para despesas de capital, colocando limitações na capacidade de investimento em infraestruturas críticas ou melhorias de longo prazo, essenciais para a sustentabilidade dos serviços prestados, atento o carácter essencial destes; -----

b) Apesar dos serviços municipalizados desempenharem um papel essencial na gestão de recursos hídricos e recursos sólidos, são ténues as iniciativas evidenciadas neste orçamento e desconectadas de um plano amplo e fundamentado de sustentabilidade ambiental, especialmente necessário, atentos os desafios crescentes associados às alterações climáticas: seriam expectáveis metas mais robustas para a eficiência hídrica na redução de perdas no sistema de abastecimento de água e na gestão de resíduos sólidos; -----

c) Neste documento não são evidenciadas estratégias claras para a melhoria da eficiência que resulte na redução dos custos para os utentes. -----

A CDU considera que os documentos previsionais dos Serviços Municipalizados na Nazaré para 2026 revelam uma gestão conservadora, pouco ambiciosa e nada inovadora, não respondendo de forma adequada aos desafios que se colocam, nas matérias a que se referem, no presente e no futuro. -----

A falta de um compromisso claro com a sustentabilidade, a modernização tecnológica e a melhoria da qualidade dos serviços, são fatores que determinam o nosso voto contra.

Reafirmamos a necessidade de implementação de:

a) Um plano estratégico sólido que priorize a sustentabilidade ambiental e a modernização das infraestruturas;

b) Maior transparência na aplicação de recursos e uma política tarifária mais justa e equilibrada;

c) Um compromisso real com a qualidade dos serviços essenciais prestados aos Municípios. Nazaré, 18 de dezembro de 2025, O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré”. -----

- Declaração de Voto Chega:

“O orçamento dos Serviços Municipalizados para o próximo ano traduz-se num aumento de despesa sem retorno visível para os municípios. Os custos sobem, nomeadamente com pessoal, quando comparados com o ano 2025, sem que isso se reflita numa melhoria da qualidade do serviço prestado.

Não há reforma.

Não há ganhos de eficiência.

Não há qualquer visão estratégica.

Entretanto, as famílias da Nazaré continuam a suportar uma das faturas da água mais elevadas da região. O executivo insiste em escudar-se na ERSAR para justificar a ausência de redução tarifária, mas a lei é inequívoca: os pareceres da ERSAR não são vinculativos. A própria Lei n.º 135/2015, nos Estatutos da ERSAR, é clara ao afirmar que esta entidade não dispõe de poder sancionatório. -----

Se a fatura da água não baixa, não é por imposição externa.

É por falta de vontade política.

Este orçamento ignora deliberadamente alternativas de receita mais justas, como o agravamento de penalizações para os incumpridores, medida que permitiria aliviar quem cumpre regularmente. -----

O que falta aqui não é margem legal.

Falta estratégia.

Falta coragem política.

Falta compromisso com o futuro.

É tempo de dizer basta à inércia.

Basta de transferir sistematicamente o peso da má gestão para as famílias e para as empresas. Obrigada!''. -----

6. *PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) ANO 2026 (Apreciação e votação)*

- Declaração de voto Chega:

“ O IMI é, por natureza, um dos impostos mais penalizadores e socialmente injustos sobre a propriedade, incidindo de forma particularmente pesada sobre a habitação própria e permanente. Tendo o Partido Chega uma posição clara, assumida na Assembleia da República, no sentido da sua extinção, o Partido Chega não pode aceitar que, nesta Câmara, se mantenha automaticamente a aplicação da taxa máxima.

Mesmo reconhecendo que o município não tem competência para eliminar este imposto, tem inteira capacidade para optar por uma taxa mais baixa. Persistir na taxa máxima não é uma obrigação legal, é uma escolha política, e uma escolha que penaliza diretamente as famílias.

Se o equilíbrio financeiro imposto pelo PAM exige responsabilidade, então essa responsabilidade deve passar pela procura de fontes de receita alternativas, e não pela eternização de uma carga fiscal excessiva sobre quem cumpre e reside no concelho.

Durante a campanha, alertamos para o vazio das promessas apresentadas. Hoje, este orçamento confirma aquilo que foi dito: o executivo mantém-se imóvel, enquanto os municípios continuam a suportar a maior pressão fiscal da região.

Assistimos a uma governação de braços cruzados, distante da realidade de quem trabalha todos os dias para pagar impostos cada vez mais elevados.

Perante esta postura, a responsabilidade política é evidente. Obrigada!''. -----

Aprovada por maioria com dois votos contra, onze abstenções e onze votos a favor.

7. *PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) – ANO 2026 (Apreciação e votação)*

Declaração de voto Chega:

“O Partido Chega defende uma redução efetiva da taxa de participação do Município na receita do IRS, fixando-a nos 2,5%, como forma direta e justa de aliviar o esforço fiscal dos munícipes.

Num contexto de exigência financeira decorrente do PAM, essa redução não deve ser vista como um obstáculo, mas como um desafio à boa gestão. Cabe ao Município identificar e desenvolver outras fontes de receita que assegurem o equilíbrio financeiro, sem continuar a sobrecarregar as famílias.

Aliviar impostos é uma opção política.

Manter a carga fiscal elevada também.

A nossa escolha é clara: beneficiar quem vive e trabalha no concelho”. -----

Aprovada por maioria com dois votos contra, (Chega) onze abstenções e onze votos a favor. -----

8. *PROPOSTA LANÇAMENTO DA TAXA DE DERRAMA – ANO 2026 (Apreciação e votação)*

Aprovada por maioria com dois votos contra, (Chega) onze abstenções e onze votos a favor. -----

- Declaração de voto Chega:

“A Derrama municipal deve ser aplicada na taxa mínima, como sinal claro de apoio às empresas e de incentivo ao investimento no concelho. Manter valores elevados apenas fragiliza o tecido empresarial e reduz a competitividade da economia local. -----

O cumprimento das exigências financeiras do PAM não pode servir de justificação para penalizar quem cria riqueza e emprego. Compete ao Município procurar soluções

alternativas de financiamento que assegurem o equilíbrio das contas públicas sem sufocar a atividade económica. -----

Atração de investimento, apoio às empresas e responsabilidade financeira não são objetivos incompatíveis. O que falta é vontade política para os concretizar. Obrigada!”.

- Declaração de Voto PS – Pontos 6/7 e 8:

“Os deputados eleitos pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal da Nazaré apresentam a seguinte declaração de voto, aplicável aos pontos da Ordem do Dia:

6 - Proposta de Fixação de Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) - Ano 2026;

7 - Proposta de Participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) - Ano 2026;

8 - Proposta Lançamento da Taxa de Derrama - Ano 2026;

presentes à Assembleia Municipal de 18/12/2025, nos seguintes termos:

O Município da Nazaré perante a situação financeira herdada em 2013, apresentou ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), em 07 de junho de 2017, uma proposta de Programa de Ajustamento Municipal (PAM), ao abrigo do n.º 3 do artigo 24.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto (LFAM);

A proposta de PAM foi objeto de reformulação, tendo em conta as correções sugeridas pela Direção Executiva do FAM, no cumprimento do disposto no artigo 28.º da LFAM;

A proposta final de PAM foi aprovada pela Direção Executiva do FAM em 02 de outubro de 2018, após audição da Comissão de Acompanhamento, nos termos da alínea c) do artigo 9.º da LFAM;

O Município da Nazaré aprovou por deliberação da assembleia municipal, sob proposta do órgão executivo, na sua sessão extraordinária de 23 de outubro de 2018, o PAM nos termos do artigo 26.º, n.º 1 da LFAM;

O contrato de empréstimo de assistência financeira celebrado entre o Município da Nazaré e o FAM, assinado a 26 de outubro de 2018, foi visado pelo Tribunal de Contas, em sessão diária de visto de 27 de dezembro do mesmo ano;

O PAM do Município da Nazaré entrou em vigor em dezembro de 2018, com um prazo de 32 anos, prevendo uma assistência financeira por parte do FAM, através de um empréstimo até ao montante de €35.242.012,00, com o objetivo de redução da dívida total do município, até ao limite previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro;

Com a assinatura do Contrato do Programa de Ajustamento Municipal, e para o cumprimento do objetivo principal da PAM, ficaram definidas as medidas de reequilíbrio orçamental, reestruturação e assistência financeira consideradas imprescindíveis pelas partes;

Entre as medidas de reequilíbrio financeiro em PAM constam:

- deliberar anualmente a participação variável no IRS à taxa máxima;*
- deliberar anualmente lançar a Derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas à taxa máxima, nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;*
- deliberar anualmente fixar a taxa máxima de IMI, que permita a satisfação integral dos encargos decorrentes do PAM;*

Acontece que no decorrer do ano de 2025, o Município da Nazaré um endividamento total abaixo do limite previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, pelo que já se encontra numa situação de poder deliberar o início do procedimento administrativo e legal da formalização da cessação do contrato de PAM celebrado com o FAM, procedimento esse que não ocorreu até à presente data;

Esta cessação permitirá ao Município da Nazaré voltar a deliberar sobre o IMI, a DERRAMA e o IRS, sem limitações quanto à aplicação das taxas previstas no PAM, com a responsabilidade inerente a uma autarquia local de prática de uma gestão autárquica responsável, financeiramente equilibrada, ajustada às necessidades de investimento do nosso concelho e às ambições da população;

Assim,

os deputados eleitos pelo Partido Socialista votam em abstenção os pontos 6, 7 e 8 da presente Ordem de Trabalhos. Nazaré, 18 de dezembro de 2025, Os Deputados eleitos pelo Partido Socialista”. -----

9. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA PELA CONCESSÃO DE DIREITOS DE PASSAGEM – ANO 2026 (Apreciação e votação)

Aprovada por maioria com cinco abstenções e dezanove votos a favor. -----

10. APOIO FINANCEIRO A CONCEDER AOS SERVIÇOS SOCIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ NO ÂMBITO DO JANTAR DO MUNICÍPIO DA NAZARÉ DE 2025 (Apreciação e votação)

Aprovado por unanimidade. -----

11. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DE FAMALICÃO PARA AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DA FREGUESIA (Apreciação e votação)

- Usou da palavra a Senhora Deputada Raquel Romão que começou por agradecer os elementos enviados sobre o ponto 11 de forma a poderem votar favoravelmente o mesmo. Quis agradecer a colaboração do município no apoio e que gostariam de solicitar que futuras transferências financeiras para as Juntas de Freguesia sejam formalizadas por instrumento contratual do tipo protocolo de forma que haja um vínculo externo exigível às Freguesias indo ao encontro de recomendações da Inspeção Geral de Finanças e do Tribunal de Contas para aquelas matérias. -----

- Usou da palavra a Dra. Helena Pola, para prestar esclarecimentos: que os elementos foram todos enviados por e-mail aos líderes de bancada de cada força política. Que, foi solicitado que os mesmos os encaminhassem aos restantes membros das respetivas bancadas a todo o executivo ao Senhor Presidente da Assembleia, e assim que foram recebidos pela junta de Freguesia de Famalicão.

Aprovada por unanimidade. -----

12. MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO – JUNTA DE FREGUESIA DE VALADO DOS FRADES – VILA NATAL NA PRAÇA 25 DE ABRIL (Apreciação e votação)

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia, para dizer que, o Presidente da Junta de Freguesia de Valado dos Frades fez chegar o cancelamento do evento e sendo assim, seria votado a retirada do ponto. -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valado dos Frades que, o cancelamento do evento se prende com as condições atmosféricas que não serão favoráveis.

- Proposta de retirada do ponto – aprovada por unanimidade. -----

13. MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO – JUNTA DE FREGUESIA DE FAMALICÃO – ALDEIA NATAL 2025 (Apreciação e votação)

- Proposta de retirada do ponto – aprovada por unanimidade. -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Famalicão, que diz dar nota que por causa das condições climáticas e segurança das pessoas, o evento não se iria realizar.

14. LICENCIAMENTO PARA OPERAÇÕES DE LOTEAMENTO – RUA GRUPO DESPORTIVO “OS NAZARENOS” – NAZARÉ (Apreciação e votação)

Aprovado por unanimidade. -----

15. PLANO MUNICIPAL PARA INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES NAZARÉ (Apreciação e votação)

- Usou da palavra o Senhor Deputado Cláudio Peça para apresentar uma Declaração de voto:

“ 25 Novembro de novembro de 1975: O que foi, ao contrário do que dizem ter sido (golpe contrarrevolucionário e não contra-golpe); o que não foi mas que alguns (não todos, faça-se justiça) ambicionavam que tivesse sido (um golpe que travasse a dinâmica revolucionária e o processo de transformações e conquistas que a CRP veio a consagrar, reprimisse e ilegalizasse o PCP, liquidasse o regime democrático) -----

As comemorações do 25 de Novembro que a direita mais reacionária decidiu impor no calendário político é essencialmente um ato revanchista contra a Revolução de 25 de

Abril, de desvalorização e afrontamento aos seus valores e conquistas. Uma opção movida por um recalcado e antidemocrático inconformismo com a Revolução de Abril, um tardio assomo de ajuste contas da direita com esse ato maior da história do nosso País. Uma operação em si mesmo condenável, mas ainda mais quando imposto no ano em que se comemora o quinquagésimo aniversário da revolução de Abril que só explicável pela crescente presença de concepções reacionárias na sociedade portuguesa e por uma cada vez mais clara afirmação de forças, organizações e partidos movidos por um ideário, mais ou menos declarado, retrógrado, antidemocrático e fascizante. -----

Reescrevendo a história, o que alguns ambicionam com estas comemorações é apresentar esta data não pelo que foi mas pelo que desejariam que tivesse sido de regresso ao passado de meio século de ditadura fascista. Reescrevendo a história o que alguns procuram fazer é tentar equivaler um golpe contra-revolucionário, apesar de sustido no que de mais sombrio continha no propósito de alguns, com uma revolução libertadora que devolveu a democracia e a liberdade ao povo português e que abriu caminho a um futuro de progresso, desenvolvimento e emancipação social que décadas de política de direita tem cerceado”. -----

Aprovado por maioria com dois votos contra (Chega) e vinte e dois votos a favor. -----

- Declaração de Voto Chega:

“Chamem-lhe o que quiserem. “Migrantes”, “integração”, “inclusão”.

As palavras mudam, mas a realidade não.

Este plano não é neutro, nem inocente. É um plano que, por opção política clara, privilegia imigrantes em detrimento dos nazarenos. E isso é inaceitável.

Num concelho onde faltam casas para os nossos jovens, onde os serviços públicos estão sobrecarregados, onde as famílias sentem todos os dias o peso dos impostos e do custo de vida, o anterior executivo com o colinho do PSD, escolhe desviar prioridades para quem acabou de chegar, deixando para segundo plano quem sempre cá esteve.

Isto não é solidariedade.

Isto é injustiça.

O Partido Chega rejeita esta lógica de substituição silenciosa, onde os recursos são canalizados para uns enquanto os outros são empurrados para o fim da fila;

Integrar não pode significar passar à frente;

Acolher não pode significar esquecer;

E governar não pode significar virar as costas ao próprio povo.

Este plano fala muito de direitos, mas ignora deveres.

Fala muito de inclusão, mas esquece os nazarenos.

Fala muito de futuro, mas compromete o presente de quem sustenta este concelho.

Que fique absolutamente claro:

Nunca, nunca, nunca poderão contar com o Chega para aprovar políticas que deixem os nazarenos para trás na sua própria terra. Obrigada!''. -----

16. *MOÇÃO PELOS 50 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO DE 1975 (Apreciação e votação)*

- Usou da palavra o Senhor Deputado Ezequiel Murteira:

“Assunto: Moção pelos 50 anos do 25 de novembro de 1975

No dia 25 de Novembro de 1975, Portugal viveu um momento decisivo da sua trajetória democrática. Num contexto de imensa instabilidade política, social e militar, o período do chamado Processo Revolucionário em Curso (PREC), deu-se uma viragem que permitiu assegurar a autoridade do Estado democrático e liberar o país da tensão crescente entre forças radicais e moderadas. Após o verão quente de 75, o 25 de novembro revelou-se o verdadeiro dia em que Portugal e os portugueses finalmente conquistaram a democracia. -----

A importância deste dia reside não apenas na sua circunstância imediata, o controlo da crise militar, a reafirmação do mandato democrático das instituições civis, a garantia de que o caminho iniciado na Revolução de 25 de Abril de 1974 continuaria, mas também no seu valor simbólico como momento de estabilização da Democracia portuguesa. ----

Este ano, como marco do 50.º aniversário, o Estado português decidiu dar à data uma assinalável visibilidade institucional, tendo sido aprovada uma Resolução do Conselho de Ministros que determina a realização das comemorações do cinquentenário e a criação de uma Comissão específica para o efeito. Além disso, pela primeira vez com contornos solenes no Parlamento, a Assembleia da República assinalou oficialmente o 25 de Novembro como data de memória democrática, o que sublinha o seu reconhecimento formal como momento fundacional da estabilidade democrática em Portugal. -----

Assim, celebramos o 25 de novembro como um dia de reafirmação dos valores da liberdade, do pluralismo, da legalidade democrática e da convivência cívica. Celebramos aqueles que, num tempo incerto, defenderam que a abertura de abril não devia transformar-se numa deriva caótica ou autoritária, mas antes num regime democrático plural. Celebramos o triunfo da moderação, da legalidade, da possibilidade de discussão política livre. -----

Que este 50.º aniversário sirva não só para recordar os acontecimentos de 1975, mas para refletir sobre o nosso presente e futuro: sobre o compromisso coletivo com a democracia, sobre a participação ativa dos cidadãos, sobre os espaços de liberdade que construímos, e que devemos preservar. Celebremos, com orgulho e responsabilidade, este dia que reafirma que, em Portugal, a liberdade conquistada em abril encontrou o seu firme complemento em novembro. -----

Celebrar o 25 de novembro é recordar que a democracia tem inimigos, antigos e novos, e que a defesa da liberdade exige vigilância permanente e é da responsabilidade de todos, dar a vida pela mesma. -----

É, à luz deste legado que, se torna imperativo afirmar que qualquer tentativa de ilegalização da segunda maior força política de Portugal representa uma afronta direta ao espírito do 25 de abril e do 25 de novembro. -----

Porque ataca o pluralismo democrático e usa o expediente judicial para vencer quem não consegue, pelo voto popular. -----

Da esquerda totalitária de 1975 às novas formas de autoritarismo cultural, político ou institucional de hoje, todos aqueles que tentem silenciar adversários políticos devem ser combatidos. -----

Neste dia histórico devemos ainda relembrar os heróis de novembro, nomeadamente os Comandos, sob a liderança determinada do Tenente-Coronel Jaime Neves, que impediram que as forças da extrema-esquerda antidemocráticas impusessem, pela força, um regime totalitário de inspiração marxista-leninista, semelhante aos que então vigoravam em Cuba, China, Coreia do Norte ou União Soviética, assim como Pires Veloso e os seus homens no norte e o refúgio da Base da Força Aérea na Cortegaça, onde milhares de civis e militares, se juntaram e constituíram um verdadeiro muro, garante de uma alternativa, caso “a coisa desse para o torto”. -----

O 25 de Novembro foi o momento em que Portugal disse CHEGA ao extremismo e à tentativa de subverter a vontade popular. -----

Assim, os eleitos do Partido Chega homenageiam com profundo respeito, todos os militares e civis que garantiram a vitória da liberdade no 25 de Novembro; -----

Enaltecem a coragem daqueles que impediram que Portugal caísse nas sombras do totalitarismo marxista; -----

Condenam qualquer tentativa de restringir o pluralismo democrático, incluindo iniciativas que pretendam ilegalizar forças políticas legitimadas pelo voto popular; Reafirmam a sua determinação em defender os valores democráticos consagrados na Constituição da República Portuguesa. 25 de Novembro, sempre. Comunismo nunca mais! Nazaré, 24 de novembro de 2025. Os eleitos do Partido CHEGA na Assembleia Municipal, o Deputado da Assembleia Municipal da Nazaré do Partido Chega, Pedro Nobre, a Deputada da Assembleia Municipal da Nazaré do Partido Chega, Rute Monteiro”. -----

Rejeitada com vinte e dois votos contra e dois a favor (Chega). -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado Rogério Serrador:

- Declaração de Voto PSD:

“Declaração de Voto Moção sobre o 25 de Novembro de 1975

A nossa bancada vota contra esta moção por entender que a abordagem apresentada não respeita a hierarquia histórica e simbólica dos acontecimentos que estiveram na origem da democracia portuguesa. -----

O 25 de Abril de 1974 é o momento fundador da nossa democracia. Foi nesse dia que ao povo português foi devolvida a liberdade, o direito à participação política e a possibilidade de construir um regime democrático assente nos valores do pluralismo, dos direitos fundamentais e da soberania popular. Todo o percurso democrático que se seguiu tem no 25 de Abril o seu ponto de partida incontornável. -----

É igualmente verdade que a consolidação desse processo não se fez num único momento, mas ao longo dos anos seguintes. Nesse percurso, o 25 de Novembro de 1975 constitui um dos episódios relevantes, inserido num contexto político e institucional complexo, que contribuiu para a estabilização do regime democrático então em construção. Reconhecer esse papel não implica, contudo, colocar os dois acontecimentos no mesmo plano simbólico ou histórico. -----

A leitura proposta nesta moção tende a aproximar artificialmente dois momentos que não têm a mesma natureza nem o mesmo significado. O 25 de Novembro inscreve-se num processo iniciado em Abril, dele depende e a ele deve ser sempre referido. Não substitui, não replica e não rivaliza com o momento em que a liberdade foi conquistada. -----

Como escreveu Sérgio Godinho, “cuidado com as imitações”. A memória democrática exige rigor, equilíbrio e sentido histórico, sem simplificações nem sobreposições que fragilizem o significado dos acontecimentos fundadores. -----

É por estas razões que votamos contra esta moção, afirmando uma leitura clara da nossa história democrática, que coloca o 25 de Abril como o seu ato fundador e enquadra o 25 de Novembro como um momento posterior de consolidação desse caminho. Muito obrigado”. -----

- Declaração de Voto da CDU:

“25 de Novembro de 1975: O que foi, ao contrário do que dizem ter sido (golpe contrarrevolucionário e não contragolpe); o que não foi mas que alguns (não todos, faça-se justiça) ambicionavam que tivesse sido (um golpe que travasse a dinâmica

revolucionária e o processo de transformações e conquistas que a CRP veio a consagrar, reprimisse e ilegalizasse o PCP, liquidasse o regime democrático) -----

As comemorações do 25 de Novembro que a direita mais reacionária decidiu impor no calendário político é essencialmente um ato revanchista contra a Revolução de 25 de Abril, de desvalorização e afrontamento aos seus valores e conquistas. Uma opção movida por um recalcado e antidemocrático inconformismo com a Revolução de Abril, um tardio assomo de ajuste contas da direita com esse ato maior da história do nosso País. Uma operação em si mesmo condenável, mas ainda mais quando imposto no ano em que se comemora o quinquagésimo aniversário da revolução de Abril que só explicável pela crescente presença de concepções reacionárias na sociedade portuguesa e por uma cada vez mais clara afirmação de forças, organizações e partidos movidos por um ideário, mais ou menos declarado, retrógrado, antidemocrático e fascizante. -----

Reescrevendo a história, o que alguns ambicionam com estas comemorações é apresentar esta data não pelo que foi mas pelo que desejariam que tivesse sido de regresso ao passado de meio século de ditadura fascista. Reescrevendo a história o que alguns procuram fazer é tentar equivaler um golpe contrarrevolucionário, apesar de sustido no que de mais sombrio continha no propósito de alguns, com uma revolução libertadora que devolveu a democracia e a liberdade ao povo português e que abriu caminho a um futuro de progresso, desenvolvimento e emancipação social que décadas de política de direita tem cerceado. -----

Procurando assinalar com indisfarçável saudosismo um revés reacionário não consumado, o que os promotores desta iniciativa visam é reintroduzir os fatores de divisão na sociedade portuguesa que marcaram o 25 de Novembro em detrimento daquilo que une o povo português sobre o que representa Abril, as suas conquistas e valores.

É Abril e os seus valores que os democratas e os patriotas, os trabalhadores e o povo em geral devem afirmar e exigir que se cumpra na sua dimensão de transformação, igualdade e justiça. -----

É Abril com o acervo imenso de conquistas e direitos alcançados – políticos, sociais económicos e culturais - que vive e está presente enquanto referência de futuro como a imensa comemoração dos 50 anos da revolução de Abril comprovou. É Abril que deve ser comemorado enquanto o momento mais marcante da nossa história e não o que contra ele se arquitetou de conspirações, golpes e práticas que o negam e pretendem desvalorizar. Nazaré, 18 de dezembro de 2025, O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré”. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA OU DE PARTES DA MESMA, SE A ASSEMBLEIA ASSIM O DETERMINAR.

Após leitura, foi aprovada, por unanimidade. -----

Por nada mais haver a tratar, sendo vinte e duas horas e cinquenta e oito minutos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu os trabalhos por encerrados de que, para constar, se lavrou a presente Minuta de Ata, assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia, e por mim, Ana Paula de Sousa Veloso, Técnica Superior, que a redigi e subscrevi. -----

- O Senhor Presidente da Assembleia, quis dar uma palavra final à Associação do Centro Cultural e Recreativo dos Raposos, pela cedência do espaço, pelo acolhimento e desejou também um excelente Natal para todos. -----